

PAULO
RANGEL

DIREITO
PROCESSUAL
PENAL

28^a
edição

revista,
atualizada
e ampliada



- O autor deste livro e a editora empenharam seus melhores esforços para assegurar que as informações e os procedimentos apresentados no texto estejam em acordo com os padrões aceitos à época da publicação, e todos os dados foram atualizados pelo autor até a data de fechamento do livro. Entretanto, tendo em conta a evolução das ciências, as atualizações legislativas, as mudanças regulamentares governamentais e o constante fluxo de novas informações sobre os temas que constam do livro, recomendamos enfaticamente que os leitores consultem sempre outras fontes fidedignas, de modo a se certificarem de que as informações contidas no texto estão corretas e de que não houve alterações nas recomendações ou na legislação regulamentadora.

- Fechamento desta edição: 31.03.2020

- O Autor e a editora se empenharam para citar adequadamente e dar o devido crédito a todos os detentores de direitos autorais de qualquer material utilizado neste livro, dispondo-se a possíveis acertos posteriores caso, inadvertida e involuntariamente, a identificação de algum deles tenha sido omitida.

- **Atendimento ao cliente: (11) 5080-0751 | faleconosco@grupogen.com.br**

- Direitos exclusivos para a língua portuguesa

Copyright © 2020 by

Editora Atlas Ltda.

Uma editora integrante do GEN | Grupo Editorial Nacional

Rua Conselheiro Nébias, 1.384

São Paulo – SP – 01203-904

www.grupogen.com.br

- Reservados todos os direitos. É proibida a duplicação ou reprodução deste volume, no todo ou em parte, em quaisquer formas ou por quaisquer meios (eletrônico, mecânico, gravação, fotocópia, distribuição pela Internet ou outros), sem permissão, por escrito, da Editora Atlas Ltda.

- Capa: Aurélio Corrêa

- **CIP – BRASIL. CATALOGAÇÃO NA FONTE.**
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ.

Rangel, Paulo

Direito processual penal / Paulo Rangel. – 28. ed. – São Paulo: Atlas, 2020.

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-97-02324-4

1. Processo penal – Brasil. 2. Inquérito policial. I. Título.

19-60084

CDU: 343.1(81)

Vanessa Mafra Xavier Salgado – Bibliotecária – CRB-7/6644

SUMÁRIO

Título I – Direito Processual Penal.....	1
Capítulo I – Princípios Básicos do Processo Penal	3
1.1 Conceito da palavra <i>princípio</i>	3
1.2 Devido processo legal.....	3
1.3 Verdade processual.....	6
1.4 Publicidade dos atos processuais	12
1.5 Contraditório.....	14
1.6 Imparcialidade do juiz.....	17
1.7 Presunção de inocência.....	20
1.8 Princípio do <i>favor rei</i>	30
1.9 Promotor natural	31
1.10 Princípio da razoabilidade da duração do processo.....	37
Capítulo II – Sistemas Processuais	41
Noções gerais.....	41
2.1 Sistema inquisitivo.....	41
2.2 Sistema acusatório	43
2.3 Sistema misto ou acusatório formal	45
2.4 O sistema acusatório e a legislação vigente – confronto.....	48
2.4.1 Sistema acusatório e o Decreto-Lei nº 7.661/1945 (<i>vide</i> nova Lei de Falências, nº 11.101/2005).....	48
2.4.2 Sistema acusatório e a Lei de Economia Popular (Lei nº 1.521/1951).....	49
2.4.3 Sistema acusatório e a revogada Lei do Crime Organizado (Lei nº 9.034/1995) – A Lei nº 12.850/2013 revogou expressamente a Lei nº 9.034/1995.....	49
2.4.4 Sistema acusatório e a Lei de Interceptação Telefônica (Lei nº 9.296/1996)	50
2.4.5 Sistema acusatório e o Código de Processo Penal.....	51
2.4.6 Juiz de Garantias	59
Capítulo III – Inquérito Policial.....	63
Noções gerais.....	63
3.1 Conceito.....	64
3.2 Natureza jurídica.....	69
3.2.1 Condenação com base no inquérito policial – Lei nº 11.690/2008...	71
3.2.2 Diligência investigatória determinada pelo juiz	73

3.2.3	Rejeição de parte da denúncia.....	74
3.2.3.1	Conclusão.....	81
3.2.4	Vício no inquérito policial que acarreta sanção de nulidade.....	83
3.2.5	Da avocação e redistribuição do inquérito policial e da remoção do delegado de polícia	85
3.3	Características	87
3.3.1	Inquisitorial	87
3.3.2	Formal	88
3.3.3	Sistemático.....	88
3.3.4	Unidirecional.....	89
3.3.5	Sigiloso	90
3.3.6	Discricionário.....	93
3.4	Inquérito policial e o controle externo da atividade policial pelo Ministério Público.....	93
3.5	Prazo de conclusão do inquérito policial (justiça comum estadual e justiça comum federal, tráfico de entorpecentes e Lei dos Crimes Hediondos).....	97
3.6	A investigação criminal na Lei de Drogas nº 11.343/2006, que revogou as Leis nºs 6.368/1976 e 10.409/2002	101
3.7	Inquérito policial na Lei de Falências	132
3.7.1	Natureza jurídica do (revogado) inquérito judicial.....	133
3.8	Inquérito policial e foro por prerrogativa de função.....	135
3.9	Arts. 6º, inc. III, c/c 218 c/c 240, § 1º, f, c/c 241 – uma visão constitucional.....	137
3.9.1	Busca pessoal e fundadas razões.....	138
3.9.2	Condução coercitiva da testemunha no IP.....	139
3.9.3	Busca e apreensão e consentimento do cônjuge	139
3.9.4	Busca e apreensão domiciliar e o significado da expressão <i>dia</i>	141
3.9.5	Busca e apreensão e a <i>blitz</i> em carros particulares	142
3.9.6	Busca e apreensão domiciliar e cartas particulares	142
3.9.7	Busca e apreensão em escritório de advocacia: Lei nº 11.767/2008..	144
3.10	Identificação dactiloscópica (art. 6º, VIII, CPP) e a norma constitucional do art. 5º, LVIII – natureza jurídica.....	147
3.11	Arquivamento na Lei de Economia Popular e o recurso de ofício – visão constitucional	152
3.12	Inquérito policial e a Lei nº 9.099/1995 – termo circunstanciado	155
3.12.A	Da violência doméstica – Lei nº 11.340/2006	160
3.13	Arquivamento do termo circunstanciado e a fiscalização do princípio da obrigatoriedade da proposta de transação penal.....	182
3.14	Arquivamento do inquérito policial e o princípio do promotor natural.....	185
3.14.1	Arquivamento implícito do inquérito policial.....	190
3.14.2	Do Acordo de Não Persecução Penal – ANPEPE	194
3.15	Desarquivamento do inquérito policial.....	205
3.16	Do contraditório no inquérito policial – art. 14-A	212

Capítulo IV – Ação Penal	215
4.1 Noções gerais	215
4.2 Fundamento do direito de ação	216
4.3 Natureza jurídica do direito de ação	216
4.4 Conceito e características do direito de ação	217
4.5 Natureza jurídica da norma que regula o direito de ação	218
4.6 Ação penal pública	219
4.6.1 Princípios básicos	219
4.6.1.1 Obrigatoriedade – visão constitucional	219
4.6.1.2 Indivisibilidade	226
4.6.1.2.1 Indivisibilidade e as infrações penais de menor potencial ofensivo	229
4.6.1.3 Indisponibilidade	230
4.6.1.3.1 Indisponibilidade e a Lei nº 9.099/1995	233
4.7 Ação penal de iniciativa privada	235
4.7.1 Noções gerais	235
4.7.1.A O Código Civil – Lei nº 10.406/2002 – e as normas processuais penais	242
4.7.2 Princípios básicos	249
4.7.2.1 Oportunidade ou conveniência	249
4.7.2.2 Disponibilidade	250
4.7.2.2.1 Do perdão	250
4.7.2.2.2 Da perempção	251
4.7.2.3 Indivisibilidade	252
4.7.2.4 Intranscendência	257
4.8 Ação penal de iniciativa privada personalíssima	258
4.9 Condições para o regular exercício do direito de ação	259
4.9.1 Legitimidade	260
4.9.2 Interesse de agir	262
4.9.3 Possibilidade jurídica	263
4.9.4 Justa causa	264
4.10 Ação penal e a proposta do art. 76 da Lei nº 9.099/1995 e o princípio do <i>nulla poena sine iudicium</i> – visão constitucional	265
4.10.1 Juizados especiais itinerantes	273
4.11 Ação penal pública condicionada à representação e à Lei nº 9.099/1995	273
4.12 Ação penal nos crimes contra a dignidade sexual	279
4.13 Ação penal de iniciativa privada subsidiária da pública	283
Capítulo V – Aditamento no Processo Penal	289
Aditamento no processo penal	289
5.1 Fundamento e princípios (verdade processual, obrigatoriedade, congruência e contraditório)	289

Capítulo VII – Teoria Geral da Prova	421
Conceito e finalidade ou objetivo da prova.....	421
7.1 Objeto da prova.....	421
7.2 Meios de prova.....	422
7.3 Classificação da prova.....	423
7.3.1 Quanto ao objeto.....	423
7.3.1.1 Direta.....	423
7.3.1.2 Indireta.....	423
7.3.2 Quanto ao sujeito.....	424
7.3.2.1 Prova pessoal.....	424
7.3.2.2 Prova real.....	424
7.3.3 Quanto à forma.....	425
7.3.3.1 Testemunha.....	425
7.3.3.2 Documental.....	425
7.3.3.3 Prova material.....	425
7.4 Natureza jurídica da prova.....	425
7.5 Princípios da prova.....	426
7.5.1 Princípio da comunhão da prova.....	426
7.5.2 Princípio da liberdade da prova.....	426
7.5.3 Princípio da inadmissibilidade das provas obtidas por meios ilícitos....	428
7.5.3.1 Prova ilícita, ilegítima e irregular.....	431
7.5.3.2 Prova ilícita por derivação.....	432
7.5.3.3 A reforma da Lei nº 11.690/2008.....	439
7.5.3.4 Prova (i)lícita em favor do réu: teorias.....	442
7.6 Da prova emprestada.....	447
7.6.1 Conceito.....	447
7.6.2 Requisitos.....	447
7.6.3 Questões controvertidas.....	448
7.6.4 Natureza jurídica da prova emprestada.....	450
7.7 Indício, presunção e ficção – diferença.....	450
7.8 Da prova indiciária.....	453
7.9 Do ônus da prova.....	455
7.9.1 O ônus da prova e o poder instrutório do juiz.....	460
7.9.2 Natureza jurídica do ônus da prova.....	462
7.10 Do procedimento probatório.....	463
7.11 Sistemas de avaliação das provas.....	465
7.11.1 Sistema da íntima convicção ou da certeza moral do juiz.....	465
7.11.2 Sistema das regras legais ou certeza moral do legislador ou da prova tarifada.....	467
7.11.3 Sistema da livre convicção ou da persuasão racional.....	469
7.12 Natureza das normas que tratam das provas.....	471
7.13 Cadeia de custódia da prova.....	472

5.2	Conceito	290
5.3	Tipos: próprio (real e pessoal) e impróprio (retificação, ratificação, suprimimento e esclarecimento)	291
5.4	Quanto à oportunidade: provocado e espontâneo	292
5.5	Recebimento do aditamento à denúncia e interrupção da prescrição.....	294
5.6	Recurso cabível da decisão que indefere o aditamento à denúncia	295
5.7	Consequências processuais do aditamento à denúncia	296
Capítulo VI – Jurisdição		309
	Noções gerais	309
6.1	Princípios	310
6.1.1	<i>Ne procedat judex ex officio</i>	310
6.1.2	Indeclinabilidade da jurisdição	310
6.1.3	Indelegabilidade da jurisdição	310
6.1.4	Improrrogabilidade ou aderência da jurisdição.....	311
6.1.5	Juiz natural.....	311
6.1.6	Unidade da jurisdição	313
6.1.7	<i>Nulla poena sine judicio</i>	313
6.1.8	Lei nº 13.491/2017 – Alteração de competência do crime militar	314
6.2	Competência	324
6.2.1	Conceito.....	324
6.2.2	Natureza jurídica.....	324
6.3	A competência na Justiça Federal.....	325
6.4	A competência na Justiça Estadual.....	339
6.4.1	Competência pela natureza da infração – crimes dolosos contra a vida.....	343
6.4.2	Conexão e continência – crimes eleitorais e os crimes comuns	343
6.4.3	Conexão e continência – crimes eleitorais, crimes comuns e os crimes dolosos contra a vida	350
6.4.4	Conexão e continência – crimes dolosos contra a vida e o foro por prerrogativa de função	351
6.4.5	Conexão e continência – crimes dolosos contra a vida e as infrações penais de menor potencial ofensivo – Lei nº 11.313, de 28/6/2006 ..	365
6.4.6	Infrações penais de menor potencial ofensivo e o foro por prerrogativa de função.....	370
6.4.7	Justiça Militar e as infrações penais de menor potencial ofensivo	373
6.4.8	Tribunal do Júri e desclassificação.....	392
6.4.9	Conexão e continência e competência recursal.....	396
6.4.10	Conflitos de competência de atribuição – distinção	397
6.4.11	Incidente de Deslocamento de Competência (IDC) – EC nº 45/2004.....	402
6.4.12	Lei do juiz sem rosto (em verdade, da decisão coletiva).....	416

Capítulo VIII – Processo e Procedimento	475
Processo: noções gerais e conceito.....	475
8.1 Natureza jurídica do processo (teoria contratualista, quase contrato, da relação jurídica e do procedimento em contraditório)	478
8.2 Pressupostos processuais	481
8.3 Procedimento e sua distinção de processo	482
8.4 Formas procedimentais.....	482
8.4.1 Procedimento ordinário dos crimes cuja sanção máxima cominada seja igual ou superior a quatro anos de pena privativa de liberdade	485
8.4.1.1 Oferecimento da denúncia (D)	485
8.4.1.2 Resposta prévia à acusação (RPA) – art. 396-A do CPP..	487
8.4.1.2.A Do julgamento antecipado do caso penal: absolvição sumária – art. 397.....	488
8.4.1.3 Juízo de admissibilidade da acusação	492
8.4.1.3.1 Recebimento fundamentado da denúncia	492
8.4.1.3.2 Citação, intimação e requisição do preso.....	494
8.4.1.3.3 Princípio da identidade física do juiz no processo penal.....	496
8.4.1.4 Audiência de Instrução e Julgamento – AIJ: art. 400	501
8.4.1.4.1 Prova de acusação (PA)	503
8.4.1.4.2 Prova de defesa (PD).....	505
8.4.1.4.3 Esclarecimentos dos peritos às acareações e ao reconhecimento de pessoas e coisas	506
8.4.1.4.3.1 Esclarecimento dos peritos.....	506
8.4.1.4.3.2 Assistente técnico na perícia ...	506
8.4.1.4.3.3 Acareação.....	507
8.4.1.4.3.4 Reconhecimento de pessoas e coisas	508
8.4.1.4.4 Interrogatório do acusado (I) – arts. 185 <i>usque</i> 196 do CPP	509
8.4.1.4.4.A Interrogatório por videoconferência: Lei nº 11.900/2009	518
8.4.1.4.5 Diligências (D).....	531
8.4.1.4.6 Alegações finais orais (AFO)	531
8.4.1.4.7 Sentença.....	533
8.4.1.4.7.1 Relatório	534
8.4.1.4.7.2 Motivação ou fundamentação	534
8.4.1.4.7.3 Conclusão (parte dispositiva ou <i>decisum</i>)	534
8.4.1.4.7.A Dever de indenizar no juízo criminal: (in)constitucionalidade	535
8.4.2 Tribunal do Júri.....	539
8.4.2.A Introdução histórica.....	539

8.4.2.B	Pedido de absolvição do promotor de justiça e quesito único	561
8.4.2.C	Pronúncia com imputação genérica e consequente quesito genérico: o réu de qualquer modo concorreu para o crime?.....	562
8.4.2.D	Direito penal do autor e direito penal do fato: não comparecimento do réu em plenário	565
8.4.2.E	Pedido de absolvição pelo promotor de justiça e discordância do assistente de acusação. Pode o assistente de acusação sustentar a pronúncia em contradição com o pedido de absolvição do Ministério Público?.....	569
8.4.2.1	Pronúncia	574
8.4.2.1.1	Natureza jurídica da pronúncia.....	575
8.4.2.1.2	Princípio do <i>in dubio pro societate</i> (?)	578
8.4.2.1.3	Princípio da congruência (ou da correlação entre a pronúncia e a denúncia)	579
8.4.2.1.4	Pronúncia e crimes conexos.....	579
8.4.2.1.5	Pronúncia e qualificadoras do crime	580
8.4.2.1.6	Pronúncia e seus efeitos.....	583
8.4.2.2	Impronúncia	584
8.4.2.2.1	Natureza jurídica da impronúncia	587
8.4.2.2.2	Prazo	588
8.4.2.2.3	Requisitos da impronúncia	588
8.4.2.2.4	Impronúncia e crimes conexos.....	588
8.4.2.2.5	Impronúncia e efeitos civis.....	591
8.4.2.3	Despronúncia.....	592
8.4.2.4	Desclassificação	592
8.4.2.4.1	Natureza jurídica da desclassificação.....	594
8.4.2.4.2	Recurso da decisão desclassificatória.....	595
8.4.2.5	Absolvição sumária.....	595
8.4.2.5.1	Natureza jurídica da decisão de absolvição sumária	595
8.4.2.5.2	Natureza jurídica da absolvição sumária	596
8.4.2.5.3	Requisitos da decisão de absolvição sumária	596
8.4.2.5.4	Absolvição sumária e crimes conexos	598
8.4.2.5.5	Absolvição sumária e efeitos civis	600
8.4.2.5.6	Absolvição sumária e a revogação do recurso de ofício – Lei nº 11.689/2008	604
8.4.2.5.7	Questões controvertidas nos crimes conexos e na continência (pronúncia, impronúncia, desclassificação e absolvição sumária)	606
8.4.2.6	Libelo crime acusatório – revogado pela Lei nº 11.689/2008.....	611

8.4.2.7	Contrariedade ao libelo crime acusatório – revogada pela Lei nº 11.689/2008.....	613
8.4.2.8	Quesitação no júri: questionários	614
8.4.2.9	Regulamentação dos debates pelo juiz	630
8.4.2.10	Uso de algemas em audiência.....	631
8.4.2.11	Dos debates em plenário	638
8.4.2.12	Prisão obrigatória em decorrência da sentença penal condenatória recorrível no tribunal do júri.....	642
8.4.3	Rito sumário da Lei de Drogas nº 11.343/2006	643
8.4.3.1	Denúncia	644
8.4.3.2	Defesa prévia.....	645
8.4.3.3	Juízo de prelibação (juízo de admissibilidade da pretensão acusatória estatal).....	646
8.4.3.4	Audiência de Instrução e Julgamento – AIJ	652
8.4.3.5	Medidas assecuratórias e inversão do ônus da prova	655
8.4.3.6	Tráfico privilegiado (art. 33, § 4º): possibilidade da concessão de <i>sursis</i> e substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direitos. Princípio da razoabilidade e da isonomia	655
8.4.4	Juizado Especial Criminal.....	666
8.4.5	Estatuto do Idoso (Lei nº 10.741/2003) – aspectos processuais	667
8.4.5.1	Institutos despenalizadores.....	668
8.4.5.2	Novo conceito de infração penal de menor potencial ofensivo.....	668
8.4.5.3	Procedimento comum ordinário, comum sumário ou comum sumaríssimo? Lei nº 11.719/2008.....	668
8.4.5.4	Quem é idoso para efeito do Estatuto?.....	670
8.4.5.5	Prescrição	671
8.4.5.6	Ação penal pública incondicionada.....	671
8.4.6	Lei de Falência – Lei nº 11.101, de 9/2/2005	672
Capítulo IX – Da Prisão, das Medidas Cautelares e da Liberdade Provisória.....		675
Noções gerais.....		675
9.1	Características	676
9.1.1	Pressupostos	680
9.2	Prisão em flagrante	680
9.2.1	Conceito de flagrante delito.....	681
9.2.2	Do fundamento da prisão em flagrante	681
9.2.3	Espécies de flagrante delito.....	685
9.2.4	Flagrante nos crimes de ação penal pública condicionada e de iniciativa privada	690
9.2.5	Flagrante nos crimes permanentes e habituais	692
9.2.6	Flagrantes preparado, esperado e forjado.....	694

185	9.2.7	Flagrante esperado, diferido ou retardado	696
185	9.2.8	Flagrante no crime tentado, consumado e formal.....	698
60	9.2.9	Flagrante e apresentação espontânea do autor do fato – Lei nº 12.403/2011.....	700
	9.2.10	Do procedimento do auto de prisão em flagrante – Lei nº 11.113/2005.....	701
	9.2.11	Da comunicação da prisão em flagrante à Defensoria Pública.....	704
	9.2.12	Da audiência de custódia	705
9.3		Prisão preventiva <i>stricto sensu</i>	706
	9.3.1	Momento para a decretação da prisão preventiva.....	709
	9.3.2	Pressupostos para a decretação da prisão preventiva	712
	9.3.3	Hipóteses legais de admissibilidade da prisão preventiva	715
	9.3.4	Prisão preventiva e a exclusão da ilicitude	729
	9.3.5	Princípio da motivação das decisões judiciais	730
	9.3.6	Revogação da prisão preventiva.....	732
9.4		Prisão administrativa	733
9.5		Prisão preventiva na sentença penal condenatória recorrível – Lei nº 11.719/2008	736
9.6		Prisão preventiva na decisão interlocutória mista não terminativa de pronúncia – Lei nº 11.689/2008.....	744
9.7		Prisão temporária da Lei nº 7.960/1989.....	748
Capítulo X – Liberdade Provisória na Lei nº 12.403/2011 – Visão Constitucional			759
		Noções gerais.....	759
10.1		Liberdade provisória com ou sem fiança	759
	10.1.1	Liberdade provisória vinculada sem fiança (art. 310, § 1º, do CPP)	760
	10.1.2	Liberdade provisória vinculada sem fiança em caso de miserabilidade jurídica – art. 350 do CPP.....	763
	10.1.3	Liberdade provisória mediante fiança (e, consequentemente, com vinculação) – arts. 322/323/324 do CPP.....	765
	10.1.4	Finalidade da fiança.....	766
	10.1.5	A autonomia da autoridade policial.....	767
	10.1.6	Fiança nos crimes punidos com detenção cuja pena é superior a 4 anos.....	768
	10.1.7	Crime tentado	770
	10.1.8	Concurso material de crimes	770
	10.1.9	Causa de aumento e diminuição de pena (concurso formal, crime continuado, causa especial de aumento de pena, causa especial de diminuição de pena).....	771
	10.1.10	Quebra da fiança	772
10.2		Liberdade provisória na Lei dos Crimes Hediondos	774
10.3		Estatuto do Desarmamento e Liberdade Provisória	777

10.A	Das medidas cautelares diversas da prisão. Princípios gerais	781
10.A.1	Autonomia das medidas cautelares	784
10.A.2	Legitimidade para requerer a medida cautelar	785
10.A.3	Medida cautelar e a oitiva da parte contrária: contraditório.....	787
10.A.4	Fungibilidade das medidas cautelares.....	788
10.A.5	Revogação e substituição da medida cautelar. RESE e HC.....	792
10.A.6	Princípio da proibição do excesso	793
10.A.7	Proibição de execução provisória da sentença. Retrocesso social.....	794
10.A.8	A homogeneidade da medida cautelar	795
10.A.9	A prisão cautelar e a inviolabilidade do domicílio	796
10.A.10	Prisão por precatória	796
10.A.11	Princípio da celeridade e da economia processual.....	796
10.A.12	A prisão e remoção do preso.....	797
10.A.13	A prisão e a celeridade na captura	797
10.A.14	O preso provisório e a separação do preso definitivo	797
10.A.15	A prisão em flagrante e sua conversão em prisão preventiva	798
10.A.16	Da prisão preventiva domiciliar.....	803
10.A.17	Das medidas cautelares diversas da prisão: art. 319.....	807
10.A.18	Medida cautelar de entrega do passaporte	817
10.A.19	Liberdade provisória com ou sem medida cautelar diversa da prisão – art. 321	817
Capítulo XI	– Citação.....	819
	Noções gerais e conceito	819
11.1	Natureza jurídica da citação	820
11.2	A Lei nº 9.271/1996 e os princípios da aplicabilidade imediata da lei processual penal e da irretroatividade da lei penal <i>in pejus</i>	821
11.2.1	Requisitos da suspensão.....	822
11.2.2	Limite de tempo da suspensão	823
11.2.3	Incidência da norma.....	824
11.2.4	Recurso da decisão de suspensão	826
11.2.5	Réu em lugar incerto e não sabido e réu que se oculta para não ser ci- tado (arts. 361 e 362): a citação com hora certa no processo penal ..	826
11.2.6	Concurso de pessoas e citação por edital	828
11.2.7	Tribunal do Júri e citação por edital.....	828
11.2.8	Defensor público e citação por edital.....	829
11.3	Citação e as infrações penais de menor potencial ofensivo	829
Capítulo XII	– Teoria Geral das Nulidades	831
12.1	Noções gerais e conceito de nulidade.....	831
12.2	Natureza jurídica da nulidade.....	834
12.3	Princípios processuais da nulidade	834

12.3.1	Prejuízo	834
12.3.2	Causalidade (contaminação ou contagiosidade)	837
12.3.3	Interesse.....	838
12.3.4	Convalidação	838
12.4	Sistemas.....	839
12.4.1	Certeza legal	839
12.4.2	Instrumentalidade das formas	839
12.4.3	Misto.....	840
12.5	Nulidade absoluta e nulidade relativa – distinção.....	840
12.6	O art. 567 do CPP e o princípio do juiz natural	840
Capítulo XIII – Teoria Geral dos Recursos		843
13.1	Conceito.....	843
13.2	Fundamento	843
13.3	Natureza jurídica do recurso.....	844
13.3.1	Recurso como desdobramento da relação jurídico-processual em curso	844
13.3.2	Recurso como ação constitutiva autônoma (nova ação)	844
13.3.3	Recurso como meio destinado a obter a reforma de uma decisão....	845
13.4	Princípios gerais dos recursos.....	845
13.4.1	Taxatividade.....	845
13.4.2	Unirrecorribilidade.....	845
13.4.3	Fungibilidade.....	846
13.4.4	Voluntariedade	847
13.4.5	Conversão	849
13.5	Proibição da <i>reformatio in pejus</i>	849
13.6	A <i>reformatio in pejus</i> indireta.....	851
13.7	Efeitos dos recursos	860
13.7.1	Devolutivo.....	860
13.7.2	Suspensivo.....	864
13.7.3	Extensão subjetiva dos efeitos da decisão nos recursos.....	867
13.8	Os recursos e o direito intertemporal	869
13.9	Juízo de admissibilidade dos recursos.....	870
13.9.1	Conceito.....	871
13.9.2	Requisitos intrínsecos.....	872
13.9.2.1	Legitimidade	873
13.9.2.2	Interesse.....	879
13.9.3	Sucumbência e interesse	882
13.9.4	Requisitos extrínsecos	882
13.9.4.1	Cabimento (possibilidade jurídica do pedido recursal)...	882
13.9.4.2	Tempestividade.....	883

13.9.4.3	Regularidade formal	885
13.9.4.4	Ausência de fatos impeditivos ou extintivos (desistência, deserção, preclusão e renúncia)	885
13.10	Juízo de mérito (ou juízo de delibação)	888
13.11	Recursos em espécie (questões relevantes)	888
13.11.1	Recurso em sentido estrito	888
13.11.2	Apelação.....	893
13.11.2.1	Acórdão condenatório recorrível e a interrupção da prescrição – Lei nº 11.596/2007.....	904
13.11.3	Protesto por novo júri	905
13.11.4	Embargos infringentes e de nulidade.....	919
Título II – Das Ações Autônomas de Impugnação		925
Capítulo I – Do Habeas Corpus.....		927
1.1	Conceito	927
1.2	Natureza jurídica.....	927
1.3	Espécies de <i>habeas corpus</i> : liberatório, preventivo e coletivo	928
1.4	Objeto do <i>habeas corpus</i>	930
1.5	Legitimidade ativa	931
1.6	<i>Habeas corpus</i> e as transgressões disciplinares militares: correta visão do problema	933
1.7	Autoridade coatora: juiz, promotor de justiça e delegado de polícia.....	935
1.7.1	Juiz e competência	935
1.7.2	Promotor de justiça e competência	935
1.7.3	Delegado de polícia e competência	936
1.8	<i>Habeas corpus</i> e o ato de particular	937
1.9	<i>Habeas corpus</i> e o direito líquido e certo	939
1.10	<i>Habeas corpus</i> e o arquivamento do inquérito policial ou extinção do processo com julgamento do mérito	942
1.11	Intervenção do promotor de justiça na ação de <i>habeas corpus</i> perante o primeiro grau de jurisdição	943
1.12	<i>Habeas corpus</i> e a prisão administrativa (§ 2º do art. 650 do CPP)	943
1.13	<i>Habeas corpus</i> e relaxamento de prisão: diferença	944
1.14	<i>Habeas corpus</i> e o Juizado Especial Criminal	944
1.15	<i>Habeas corpus</i> na Justiça do Trabalho.....	949
1.16	<i>Habeas corpus</i> e a notificação do advogado para sessão de julgamento e sustentação oral, se o requerer.....	951
Capítulo II – Revisão Criminal.....		953
Noções gerais.....		953
2.1	Conceito.....	954
2.2	Natureza jurídica.....	954

2.3	Objeto.....	955
2.4	Condições para o regular exercício do direito de agir	956
2.4.1	Possibilidade jurídica do pedido.....	956
2.4.2	<i>Legitimatio ad causam</i>	956
2.4.3	Interesse processual	957
2.5	Formas de revisão criminal	958
2.6	Pressupostos legais.....	958
2.7	Fundamentos legais da revisão criminal.....	958
2.8	Revisão criminal de decisões não condenatórias	962
2.9	Revisão criminal e a “ <i>sentença</i> ” que homologa a transação penal	963
2.10	Efeitos da revisão criminal	965
2.10.1	Alterar a classificação da infração penal.....	965
2.10.2	Absolver o réu	965
2.10.3	Modificar a pena	967
2.10.4	Anular o processo	967
2.10.5	Proibição da <i>reformatio in pejus</i>	969
2.11	Revisão criminal e sentença penal estrangeira	969
Capítulo III – Mandado de Segurança em Matéria Criminal.....		971
	Objetivos e noções gerais	971
3.1	Conceito.....	971
3.2	Natureza jurídica.....	972
3.3	Objeto.....	973
3.4	Questões controvertidas	973
3.4.1	Identificação criminal.....	974
3.4.2	Recurso próprio previsto em lei.....	975
3.4.3	Prova contra si mesmo	976
3.4.4	Requerimento do ofendido para se habilitar como assistente	978
3.4.5	Direito de sufrágio do preso provisório.....	979
3.4.6	Estrangeiro não residente no país.....	980
Nota Final do Autor à 1ª Edição		985
Referências Bibliográficas		987
Índice Remissivo		997